

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas:

- Mesa e Coordenadores – 14 de março de 2017;
- Mesa e Coordenadores – 4 de abril de 2017.

3. Comunicações do Presidente

4. [Relatório - Portugal na União Europeia – 2016](#)

- Apreciação e votação do parecer
- Deputada relatora: Ana Mesquita (PCP)

5. [Projeto de Resolução n.º 816/XIII \(2.ª\), do PCP](#) – Defende a conclusão da construção da Escola Básica Diogo Lopes de Sequeira - Alandroal

- Discussão

6. Texto de substituição dos [Projetos de Resolução n.º 501/XIII \(BE\)](#), [504/XIII \(BE\)](#), [505/XIII \(BE\)](#), [561/XIII \(PCP\)](#), [564/XIII \(CDS-PP\)](#), [567/XIII \(PS\)](#), [569/XIII \(PEV\)](#) e [754/XIII \(PAN\)](#), Língua gestual portuguesa

- Redação final

7. Audição regimental do Ministro da Educação, para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do [Regimento da Assembleia da República](#) - 15h00

8. Data da próxima reunião

24 de maio de 2017 (quarta-feira), às 9h30

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação de atas

As atas das reuniões da Mesa e Coordenadores de 14 de março e 4 de abril de 2017 foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Projeto de lei n.º 166, PS, Pagamento faseado de propinas

Projeto de Lei	166	XIII	1	<u>Define um regime de pagamento faseado das propinas devidas pelos estudantes do ensino superior e cria um regime especial de pagamento por beneficiários de bolsas de ação social, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto</u>	Baixa comissão especialidade	2017-05-11	PS
----------------	-----	------	---	---	------------------------------	------------	----

O Presidente informou que o Projeto de Lei n.º 166/XIII/1.^a foi aprovado na generalidade e baixou à Comissão em 11 de maio para apreciação na especialidade. Foi feita audição do CRUP e do CCISP e pedido de informações aos mesmos e à Direção Geral de Estatísticas do Ministério da Educação e Ciência. Questiona, assim, se em sede da especialidade pretendem que seja pedido parecer ao CRUP e CCISP, bem como a outras entidades do sector, como seja APESP – Associação Ensino Superior Privado, Associações Académicas, Conselho Nacional de Educação, FNAEESP – Federação Nacional da Associação de Estudantes do Ensino Superior Politécnico, FNAEESPC – Federação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Superior Particular e Cooperativo, Associação Portuguesa de Trabalhadores-Estudantes, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ministro das Finanças, pelo prazo de 15 dias.

Os Senhores Deputados concordaram com a solicitação destes pareceres pelo prazo de 15 dias. O Presidente questionou, assim, para quando se poderia fixar o prazo para apresentação de propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares e qual a data da discussão e votação na especialidade.

Os Grupos Parlamentares referiram que seria conveniente esperar pelos referidos pareceres, pelo que indicariam o prazo para apresentação de propostas de alteração e data da discussão e votação na especialidade daqui por três semanas.

3.2. Projeto de resolução nº 854, do PSD, Obras na escola do Alandroal

Tendo os Deputados do PSD solicitado a discussão conjunta desta iniciativa com o Projeto de Resolução n.º 816/XIII, do PCP, foi dado acordo.

Projeto de Resolução	854	XIII	2	<u>Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a realização de obras de construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Básica Diogo Lopes Sequeira do Alandroal.</u>	Baixa comissão para discussão	2017-05-10	PSD
----------------------	-----	------	---	--	-------------------------------	------------	-----

3.3. Projeto de Resolução n.º 68, Uniformização do regime de aposentação dos docentes da monodocência

O Projeto de Resolução n.º 68/XIII, do BE, foi discutido na reunião de 10 de maio, tendo a Deputada Joana Mortágua (BE) solicitado a apresentação de propostas de alteração das recomendações, para se consensualizar um texto que siga depois para votação no Plenário.

Na sequência da apresentação de uma proposta de alteração pelo CDS-PP, os Deputados do PS solicitaram o adiamento da apreciação desta matéria para a reunião seguinte.

Projeto de Resolução	68	XIII	1	<u>Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976</u>	Baixa comissão para discussão	2016-01-08	BE
----------------------	----	------	---	--	-------------------------------	------------	----

3.4. Apreciações parlamentares do DL 57/2016, Emprego científico

Apreciação Parlamentar	25	XIII	2	<u>Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, que "aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento"</u>	Baixa comissão para discussão e votação	2017-01-18	PCP
Apreciação Parlamentar	23	XIII	2	<u>Decreto-Lei nº 57/2016, de 29 de agosto, que "aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento"</u>	Baixa comissão para discussão e votação	2017-01-18	BE

O Presidente informou que foi distribuído o texto final e o relatório de votação, questionando os Grupos Parlamentares se concordam com o teor dos dois documentos.

O Deputado Porfírio Silva (PS) informou que o seu Grupo Parlamentar ainda não tinha tido oportunidade de ver os documentos, solicitando o adiamento.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) reiterou a sua dúvida quanto à redação do n.º 5 do artigo 6.º constante da proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PS, concretamente de poder significar uma fuga para a contratação para a docência. A única solução possível é a exclusão da docência, aliás como proposto pelo Grupo Parlamentar do PCP. Com efeito, a contratação poderá ser desvirtuada se só procederem à contratação para a docência.

O Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que se estamos a falar de uma clarificação de redação, o Grupo Parlamentar do PS está disposto a fazê-la, não estando disponíveis, contudo, para retomar o debate.

O Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que aquando da discussão foi feita a ressalva da possibilidade de haver aqui um choque quanto ao âmbito e objeto do diploma, que não incluem esta possibilidade. Tal como colocaram a possibilidade de ser os próprios serviços jurídicos a clarificar esta matéria e a reformular o texto.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que não existem dúvidas, esta norma colide com o disposto nos artigos 1.º e 2.º do diploma.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) tomou da palavra para dizer que esta alteração foi votada. Não lhe parece que uma coisa que tenha sido votada favoravelmente deva agora ser alterada, se houver consenso que a redação era a correta. Considera que deve ser consultada a DAPLEN com vista a encontrar uma solução, não devendo ser um subterfúgio para voltar atrás no debate. O Deputado Porfírio Silva (PS) referiu concordar com a Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), considerando que todas as propostas foram devidamente discutidas. O Grupo Parlamentar do PS não está disponível para voltar a discutir.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que o que isto implica são questões políticas. O que não invalida que não se faça algum esforço de correção. Havendo uma proposta mais correta o seu Grupo Parlamentar está disponível para votar.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que quando o seu Grupo Parlamentar levantou a questão, não pretendiam reabrir o debate. Contudo, a redação está feita de tal forma que podia levar a uma prática que não é o objetivo do diploma.

O Presidente falou, para expor, que na sua opinião deverá ser transporto para o texto a vontade política.

O Deputado Porfírio Silva (PS) tomou da palavra para dizer que é claro o objetivo das propostas que deram origem a esta disposição.

Assim, o Presidente, com o consenso dos Grupos Parlamentares, agendou para o dia 23 de maio, pelas 9:00 uma reunião, para discussão da redação da referida norma e conclusão da apreciação do referido texto final e relatório de discussão e votação na especialidade. Os Grupos Parlamentares comprometeram-se a apresentar propostas de redação que melhorassem o texto, sem retomar da discussão política.

3.5. Processo legislativo pendente na Comissão

O Presidente informou que foi distribuída uma listagem aos Coordenadores dos Grupos Parlamentares, com vista à adoção de diligências para a conclusão dos processos em causa.

3.6. Conferência Intervenção Precoce e Inclusão

O Presidente informou que no dia 17 de maio, pelas 9:30, iria ter lugar na Sala do Senado a Conferência Intervenção Precoce e Inclusão, organizada pelo Grupo de Trabalho da Educação Especial, tendo como oradores o Senhor Doutor José Boavida Fernandes e Professora Doutora Teresa Nunes Marques, e encontrando-se já inscritas 240 pessoas.

3.7. Conferência da Educação de Adultos

O Presidente informou que a data 20 de junho foi inviabilizada, por marcação de conferência de outra comissão. Os Grupos Parlamentares consensualizaram, então, a data de 21 de junho de manhã (4.ª feira).

3.8. Pedido de audiência

O Presidente informou que os Investigadores FCT pretendem o agendamento de uma reunião para expressarem a sua opinião em relação ao Programa de Estímulo ao Emprego Científico e ao Projeto de Regulamento do emprego Científico (REC) que está em discussão pública até dia 12 de maio de 2017.

Esta audiência foi distribuída ao Deputado Porfírio Silva (PS), devendo a audiência decorrer sob o formato de Deputado-Piloto.

3.9. Relatório da audiência à delegação da República Checa

O Presidente levou a votação a aprovação do Relatório da audiência à delegação da República Checa, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.10. Agendamento de relatórios finais de petições

O Presidente questionou sobre a possibilidade de agendamento para a reunião de 24 de maio da apreciação dos relatórios finais das petições: [Petição n.º 253/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Maria Manuela Jesus Ferreira Alves e outros - Solicitam a criação de um regime de exceção no acesso à reforma para os professores; [Petição n.º 256/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Ana Margarida Carvalho Maia e outros - Solicitam que sejam adotadas medidas com vista à resolução da situação contratual precária dos técnicos especializados nas escolas; [Petição n.º 265/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Secundária José Falcão - Solicitam a adoção de medidas com vista à realização de obras na Escola Secundária José Falcão; e [Petição n.º 272/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Federação Nacional de Educação - Solicitam o restabelecimento das carreiras de não docentes.

A Deputada Ana Mesquita (PCP), Relatora da petição n.º 253/XIII (2.ª), concordou com a data indicada. O Deputado Álvaro Batista (PSD) referiu que, no que respeita à petição n.º 256/XIII (2.ª), da qual é relator, que iria solicitar mais contributos. O Deputado Porfírio Silva (PS) solicitou

que os serviços não agendassem Relatórios de Petições, enquanto não estiverem concluídos todos os aspetos procedimentais, sendo certo que se encontra por concluir a ata da audição dos peticionários da Petição n.º 265/XIII (2.ª).

Já no que respeita à Petição n.º 272/XIII (2.ª) a Deputada Relatora, Deputada Sandra Pontedeira (PS), manifestou impossibilidade de apresentar em tal prazo, sugerindo a data de 1 de junho para apresentação do Relatório.

O Deputado Porfírio Silva (PS) pediu, novamente, a palavra para clarificar que quer que se siga a prática de se fixar com os Deputados Relatores o agendamento dos Relatórios Finais, porque o procedimento atualmente encetado pode dar a entender que os Deputados Relatores estão atrasados, sem se saber se se demonstram, ou não, ultrapassados os prazos ou cumpridas as formalidades, além de que pode potenciar situações em que os Deputados Relatores são interpelados antes de terem produzido o Relatório Final.

4. [Relatório - Portugal na União Europeia – 2016](#)

A Deputada Ana Mesquita (PCP) procedeu à apresentação do Relatório – Portugal na União Europeia, 2016.

Aberto o debate, o Presidente deu a palavra à Deputada Susana Amador (PS) que saudou a Relatora e pediu para destacar três notas que o Grupo Parlamentar do PS considera muito importantes. A primeira, relativa ao *Air Center*, que é uma infraestrutura internacional de muita importância para um conhecimento integral do Atlântico, e que a localizar-se nos Açores será de facto muito importante para Portugal nesta área; a segunda quanto ao horizonte 2020 quanto aos resultados que nos trazem quanto ao desempenho no segundo trimestre de 2016 na captação de verbas; e terceiro, saudar as Ações *COST* que envolveram mais de 1000 investigadores e 40% de investigadores jovens, havendo um sinal importante da renovação dos investigadores. Deixou, ainda, uma palavra quanto ao programa Erasmus, e ao facto de ter sido frequentado por 3 milhões de estudantes e cerca de 82 mil portugueses ao longo dos anos. E por último, deixou uma nota de preocupação e também de esperança, em relação à nova agenda para as competências para a Europa onde 70 milhões de europeus relevam deficiências ao nível da leitura, escrita e competências digitais.

Levado a votação, foi o presente Relatório aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

5. [Projeto de Resolução n.º 816/XIII \(2.ª\), do PCP – Defende a conclusão da construção da Escola Básica Diogo Lopes de Sequeira - Alandroal](#)

O [Projeto de Resolução 816/XIII, do PCP](#), foi discutido conjuntamente com o [Projeto de Resolução n.º 854/XIII, do PSD](#). Os Projetos de Resolução foram apresentados pelos Deputados João Oliveira (PCP) e António Costa e Silva (PSD), tendo participado no debate subsequente os Deputados Norberto Patinho (PS), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Joana Mortágua (BE). A informação respeitante ao debate está disponível nos Projetos de Resolução.

**6. Texto de substituição dos [Projetos de Resolução n.º 501/XIII \(BE\)](#), [504/XIII \(BE\)](#), [505/XIII \(BE\)](#), [561/XIII \(PCP\)](#), [564/XIII \(CDS-PP\)](#), [567/XIII \(PS\)](#), [569/XIII \(PEV\)](#) e [754/XIII \(PAN\)](#),
Língua gestual portuguesa**

Levada a votação a redação final do texto de substituição dos referidos projetos de resolução, foi a mesma aprovada sem votos contra.

7. Audição regimental do Ministro da Educação, para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do [Regimento da Assembleia da República](#) - 15h00

O Senhor Ministro da Educação, Tiago Brandão, fez-se acompanhar pelo Senhor Secretário de Estado da Educação, João Costa, e pela Senhora Secretária da Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, conforme resulta da página da comissão.

O Presidente da Comissão cumprimentou o Senhor Ministro e os seus Secretários de Estado, lembrou a grelha de tempo das intervenções e passou-lhe depois a palavra para a intervenção inicial.

Interveio de seguida a Deputada Odete João (PS) equacionando, em resumo, o alargamento da escolaridade obrigatória, o perfil do aluno à saída da mesma, o foco no currículo e questionando qual a adesão das escolas ao projeto. Colocou ainda perguntas sobre o ensino profissional e a divulgação da rede de cursos, bem como sobre a implementação do programa de competências digitais.

O Senhor Ministro da Educação referiu que herdaram um panorama desorganizado a nível do ensino profissional e estão a dar mais sistematização ao sistema, a fazer a articulação com os Ministérios do Trabalho e do Ensino Superior e a proceder a mais pagamentos às escolas profissionais. Informou ainda que iria ser homologada nessa semana a rede de oferta de cursos e seriam mobilizados recursos adicionais para combate ao abandono escolar.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) referiu vários problemas no início do ano letivo, piores resultados no abandono escolar, experimentalismo, nomeadamente, nas provas de aferição, com dificuldades das escolas e alunos doutros ciclos sem aulas e perguntou ao Senhor Ministro se vai fazer a reforma curricular no 1.º ciclo e o que vai desaparecer. Questionou depois a razão da alteração do número de alunos por turma e se vai aumentar a oferta do ensino profissional.

O Senhor Ministro indicou que estão a desenvolver procedimentos para terem respostas mais sistematizadas em relação ao abandono escolar. Referiu depois que o PSD aumentou o número de alunos por turma por razões económicas e indicou que as escolas Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) têm de ter uma diminuição de alunos por turma e o Ministério vai clarificar esta matéria em relação a todas as escolas.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu a necessidade de investimento na escola pública, mencionou a não aplicação do programa de precários aos professores, neste momento cerca de 20.000 contratados e questionou quantos é que suprem necessidades permanentes. Questionou depois a situação particular dos professores do ensino artístico que estão em condições de se vincularem. Equacionou também o rácio dos assistentes operacionais e a sua

vinculação, referiu a colocação de 300 novos trabalhadores e perguntou se vão rever o número dos assistentes, dando ainda particular ênfase ao ensino especial e à vinculação dos profissionais dessa área.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) pediu informações sobre o estudo solicitado pelo Ministério em relação ao número de alunos por turma e questionou se a alteração perspectivada se aplica apenas às escolas TEIP ou inclui mais escolas. Pediu ainda indicação sobre as medidas que pretendem adotar a nível dos alunos com necessidades educativas especiais, bem como sobre a delegação de competências para as autarquias.

O Senhor Ministro referiu que está a ser avaliado o impacto das medidas a adotar e indicou como 1.º passo a redução do número de alunos por turma.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) realçou a necessidade de se conseguir o abandono da precariedade, nomeadamente dos professores, referiu a carência de docentes, mencionou a importância da diminuição do número de alunos por turma no próximo ano e pediu o reforço dos meios humanos e materiais em relação ao ensino especial.

O Senhor Ministro deu conta do aumento do desporto adaptado e informou que a diminuição do número de alunos por turma vai abranger, desde logo, cerca de 200.000 alunos das escolas TEIP.

A Deputada Susana Amador (PS) equacionou os apoios no âmbito dos serviços de ação social escolar (SASE), referiu a atribuição de benefícios a 100.000 alunos e pediu informação sobre as medidas a adotar no próximo ano.

O Senhor Ministro indicou que o orçamento para 2017 incluiu um aumento de 3,8% em relação ao SASE, que está a ser feita a audição da Associação Nacional de Municípios para mais refeições fora do período das aulas e que há mais apoio a nível das visitas de estudo e de manuais escolares.

A Deputada Germana Rocha (PSD) fez referência à existência de mais de 5.016 contratados a prazo, mencionou que o regime de vinculação dos professores gerou mais precariedade e referiu a não inclusão dos mesmos no programa de combate à precariedade. Questionou ainda a vinculação dos docentes das escolas do ensino artístico e a hipótese de antecipação do concurso dos docentes, para serem colocados antes do início do ano letivo.

Os membros do Governo referiram que trabalham para a desprecarização de docentes, acrescentando que estes têm uma vinculação extraordinária que vai incluir mais de 3.000 pessoas e vai haver mais vinculações de docentes das escolas artísticas e da dança. Realçaram ainda o facto de os docentes agora serem colocados mais depressa nas escolas.

A Deputada Joana Mortágua (BE) defendeu que os alunos têm muito tempo de aulas e os professores têm falta de tempo para a preparação das aulas e equacionou a necessidade de redefinição do tempo letivo e não letivo dos docentes. Referiu ainda que de harmonia com estudos da OCDE os alunos são bons a reproduzir conhecimentos, mas não a aplicá-los, tendo questionado a aplicação da flexibilização dos currículos.

Os membros do Governo referiram que há muita burocracia do processo e estão a equacionar a redução de documentos.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) equacionou a substituição de professores, tendo posto a hipótese de constituição de uma bolsa por áreas. Perguntou depois qual o currículo previsto

para a educação cívica, considerou as provas de aferição como um simulacro de avaliação e questionou o que vai diminuir na alteração do currículo do 1.º ciclo.

Os membros do Governo indicaram que a taxa de substituição dos professores é muito elevada, consideraram que a reserva de recrutamento é uma bolsa, nacional, informaram que também tem havido trabalho extraordinário dos professores existentes e indicaram que há muitos casos de não aceitação dos lugares pelos professores.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) deu relevo à revisão dos assistentes operacionais e a mais vinculações extraordinárias e questionou depois o alargamento da educação pré-escolar e a resposta em termos de rede pública. Referiu ainda a influência da situação pessoal e familiar dos alunos nas respetivas notas e a importância da ação da escola para que a pobreza não influencie em demasia e nessa linha a importância da ação escolar.

Os membros do Governo informaram que estão a desenvolver esforços para universalizar a educação pré-escolar a partir dos 3 anos, em acordo com as Instituições Particulares de Segurança Social, Misericórdias, etc. Indicaram ainda que as turmas mistas estão a diminuir, embora não totalmente.

A terceira ronda de questões teve início com o Deputado Álvaro Batista (PSD), que questionou o Senhor Ministro quanto ao investimento público em escolas. Com efeito, referiu que o ano de 2016 foi aquele em que houve menor investimento público, não havendo memória de tantas escolas com falta de manutenção, existindo muitos exemplos na comunicação social. Assim, questiona o porquê de ser este o ano de promessas de realização de obras e, a ser assim, quando é que sai a lista de escolas. Referiu, ainda, que estão em falta 3.537 Assistentes Operacionais (AOP), referindo ter sido o Ministro da Finanças a afirmar tal falta. Contudo, o Ministro da Educação referiu que não existe aqui qualquer problema, pois foram contratados cerca de 300 AOP, o que apenas permitirá garantir 10% das efetivas necessidades.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) tomou da palavra para referir que a valorização dos professores é um dos fatores primordiais para a construção de uma escola de sucesso. Seguiu, proclamando que o ano de 2016 foi um ano melhor. E que no passado mês de abril foram já colocadas as vagas para o concurso deste ano. Isto contribui para uma maior estabilidade. Face ao exposto, questiona quais as expectativas do Senhor Ministro da Educação quanto ao arranque do próximo ano letivo.

O Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que no passado dia 12 de maio os alunos de uma Escola Profissional Artística do Porto queixaram-se da falta de financiamento, tratando-se de uma escola financiada pelo POPH. Questiona, assim, o senhor Ministro se pode resolver o problema desta escola. Ainda relacionado com os alunos do ensino artístico e especializado, referiu a [Resolução da Assembleia da República n.º 34/2016, de 19 de fevereiro](#), que recomenda ao Governo que avalie o modelo de acesso ao ensino superior dos alunos do ensino artístico especializado, de forma a garantir a igualdade de oportunidades a todos os estudantes, que apesar de não vincular o Ministro, é sabido que este manifestou a vontade de adequação do modelo de avaliação e ingresso destes alunos ao nível universitário. Considera assim, que existe uma expectativa criada, e salienta que seria importante não defraudar os alunos nesta questão.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) questionou sobre a existência de estudo que fundamentasse a redução do número de alunos por turma e, se foi com base em tal estudo que fundamentaram a decisão, se seria possível partilha-lo com o Parlamento. Questionou, ainda, qual a posição deste Governo quanto à atual gestão das escolas, se é de manter ou a reverter, conforme é defendido pelos Grupos Parlamentares do BE e do PCP. Quanto ao financiamento, e centrando-se nos cursos de Educação e Formação (CEF), privados ou públicos, reportou-se a uma notícia do Jornal de Notícias de 4 de maio, em que era referido que “não se fez o trabalho de casa as escolas estão a funcionar sem o financiamento”, para questionar quando é que se pode esperar que tais escolas venham a ser financiadas.

A Deputada Laura Magalhães (PSD) centrou as suas perguntas em torno da matéria da Educação Especial e a Inclusão, referindo que se trata de matéria prioritária para todos. Considera que existe necessidade de ajustar a atual legislação, tal como de ter uma atuação no terreno. Refere que existe um trabalho prévio que foi desenvolvido pelo Governo anterior, questionando para quando é que poderá haver uma proposta nesta matéria, solicitando a indicação de uma data concreta. Salientou que durante este ano letivo o que registamos é uma manutenção ou agravamento destas questões, existindo mais aluno e menos técnicos, menos assistentes e menos horas.

A Deputada Paula Santos (PCP) iniciou a sua intervenção referindo que as suas questões se centrariam sobre o parque escolar do círculo pelo qual for eleita – Setúbal. Questionou, assim, sobre o atual ponto de situação da Escola João de Barros, e a Escola Secundária Monte da Caparica, bem como da Escola Secundária da Quinta do Conde. A Assembleia da República já tomou uma posição quanto à necessidade de construção desta Escola, pelo que questionou sobre o que pretendia agora o Senhor Ministro. Trata-se de uma das freguesias que mais cresceu e objetivamente não há capacidade para satisfazer as necessidades desta freguesia. Referiu, ainda, que as escolas de Sesimbra estão esgotadas nas suas capacidades, além de que se trata de uma necessidade identificada na Carta Educativa já homologada pelo Ministério da Educação.

O Deputado António Costa e Silva (PSD) questionou se no início do novo ano letivo estavam garantidos os AOP para o conjunto de escolas do distrito de Évora. Questionou, ainda, onde está o tão complexo e difícil mapeamento que o Senhor Ministro ficou de dar quando às obras a realizar no Alentejo. E se tais são obras para executar, pois que estamos a falar de escolas onde chove lá dentro. Referiu, ainda, que o POPH tem usado e abusado de verbas par aos cursos profissionalizantes e profissionais, pretendendo indagar se para o próximo ano tais verbas estariam já asseguradas.

Dada a palavra ao Senhor Ministro para resposta, o mesmo referiu que quanto ao conjunto de obras estão, tal como pode ser consultado no diário da república, a retirá-las do Ministério da Educação. Com feito, refere que as inscrições no Portugal 2020 são menores, quando comparadas com as inscrições no QREN. Contudo, quem inscreveu as escolas para o Portugal 2020 foi o anterior governo. Considera que o anterior Governo deixou inscrito nos fundos comunitários um montante claramente insuficiente para o que têm de fazer. Para combater isto, têm sido estabelecidos acordos com os municípios para serem eles os donos das obras. Tal como estão a ser equacionados outros investimentos.

Quanto à Escola da Quinta do Conde, ela de facto carece de intervenção, e carece de um investimento financeiro substancial, estando o Ministério a trabalhar para dar resposta. Quanto

às restantes escolas identificadas pela Deputada Paula Santos (PCP), referiu que o Governo anterior as deixou órfãs. Referiu que a obra da escola do Seixal está adjudicada e aguarda visto do Tribunal de Contas. Já a outra, está neste momento a tramitar junto do Ministério das Finanças para depois ir a visto e se iniciarem as obras.

Quanto ao ensino profissional, considera que este Governo é capaz de o dotar de condições, estando a trabalhar para isso, e para tanto têm utilizado os fundos do POPH.

Considera, ainda, que tudo isto é resultado da falta de preparação para este quadro comunitários.

Salientou que as Escolas Profissionais são parceiras deste Governo, e que têm articulado com a Associação Nacional de Escolas Profissionais para que de forma urgente e programada possam dar resposta a isto.

Também têm trabalhado com o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas para que tudo possa ter a celeridade devida.

Para completar estes esclarecimentos, foi dada a palavra pelo Presidente da Comissão ao Senhor Secretário de Estado da Educação, João Costa, que referiu que quanto ao financiamento do ensino artístico e profissional, a solução está a ser trabalhada. Quanto ao acesso ao ensino superior, referiu que a proposta é ter condições iguais no cálculo das médias finais, para que as provas de avaliação externa ponderem da mesma forma.

Já no que à Educação Especial respeita, referiu que a ideia é por a nova proposta em consulta pública e ir ao Grupo de Trabalho da Educação Especial desta Comissão para colher a sua posição. Admitiu existir aqui algum atraso, mas referiu que o mesmo se deveu a uma ampla auscultação que se quis fazer nesta matéria. Mas, ainda assim, entendem que o processo beneficiará de uma ampla consulta pública.

A Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, pediu a palavra para referiu que este ano é um ano em que iremos ter um concurso extraordinário - externo e interno, tal como há que considerar os professores que ficarão nos quadros do agrupamento e não da escola. Já quanto ao mapeamento do Alentejo, não é verdade que tenham deixado sem pactos, uma vez que não existia qualquer mapeamento, e conseqüentemente pactos. Ainda assim, esta situação irá ser agora operacionalizada.

Após estes primeiros esclarecimentos, foi dada a palavra ao Deputo André Pinotes (PS), que começou por afirmar que é na educação que a sustentabilidade do nosso país levará lastro. Considera que existem razões para celebrar na educação, nomeadamente porque projetam a atuação para um longo período. Referiu que os AOP desempenham um papel essencial no ensino, sendo de destacar o procedimento excecional de contratação de 300. Questiona quais as alterações legislativas que estão em curso. E refere que, enquanto deputado do círculo de Setúbal, fica satisfeito pelo facto de terem resposta por parte do atual Ministro da Educação.

A Deputada Joana Mortágua (BE) colocou uma questão relacionada com a greve dos funcionários das cantinas concessionadas a privados. Referiu que têm notícias de que há escolas em Leiria em que os professores têm de servir de inspetores, tal como da precariedade as

peessoas que servem nas cantinas. Referiu que o BE propôs que fosse feita uma auditoria às cantinas, e questionou como estava esta situação. Mas a questão que pretendia ver respondida é da possibilidade de retorno às cantinas escolares.

A Deputada Margarida Mano (PSD) referiu que o Parlamento está sem qualquer informação quanto à dotação orçamental para 2015 e 2016 e a sua execução. Havia, usualmente, relatórios de execução. Em termos de transparência não é adequado esta ausência de prestação de contas. Foi feito um pedido em março para o envio desta informação. Assim, refere pretender apenas sensibilizar o Senhor Ministro e pedir que assuma o compromisso de fazer chegar ao Parlamento este documento.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) interveio sobre a questão dos procedimentos quanto à aquisição de manuais escolares. Referiu que em vários pontos do país tem havido aplicação diferenciadora e logo discriminatória. Refere que a circular fala da possibilidade de contratação por ajuste direto, podendo os encarregados de educação ir levantar os livros. Mas nestes casos, as livrarias locais ficam impedidas de concorrer, por não poderem praticar preços equivalentes aos das editoras. Considerando que a circular fala da possibilidade aquisição nas livrarias locais, qual a posição do Ministério.

O Deputado Álvaro Batista (PSD) referiu que às vezes, quando ouve o Ministro da Educação, pensa que este só consegue falar do passado. Considera que está claro, deste discurso, que a paixão do Ministro pela escola pública está a passar tempos difíceis, senão por um divórcio. E isto porque considera que nunca se investiu tão pouco na escola pública. Quanto aos AOP, temos que a falta destes gera um sentimento de insegurança nas escolas. Por outro lado, a precariedade aumentou. Ao mesmo tempo, não são feitos, em tempo, os pagamentos às escolas.

O Deputado João Chaveira (PCP) referiu que já falaram sobre a Escola Diogo Lopes Sequeira no Alandroal aquando da discussão do Projeto de Resolução 816/XIII/2.^a - Defende a conclusão da construção da Escola Básica Diogo Lopes de Sequeira – Alandroal. Informou que a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) já esteve na escola a semana passada a fazer a avaliação, pelo que gostava de saber quando fica concluída a obra. Já quanto ao problema da carência dos AOP nos Agrupamentos de Escola, concretamente em Montemor-o-Novo, pois que existe falta de AOP neste agrupamento e problemas de desadequação do rácio, com falta de limpeza, segurança e até falta de assistência às crianças com Necessidades Educativas Especiais. A última questão prende-se com o POPH, pois que o Grupo Parlamentar do PCP considera que é uma opção desadequada, para além de falta de burocracia e dos atrasos, que não se compactuam com as necessidades da escola.

O Deputado Porfírio Silva (PS) considera que é um sinal de falta de capacidade argumentativa quando se recorre à troika. Até porque o memorandum da troika tem uma forte marca do PSD. E o mesmo quanto aos Senhores Deputados que não tiveram atenção aos fundos comunitários. Tal como não tiveram preocupações com o edificado. Sobre a iniciativa competências digitais questiona como é que esta se relaciona com o programa autonomia. E salientou que considera, que é importante que a economia local não seja prejudicada pela gratuitidade dos manuais.

De seguida, o Presidente deu a palavra ao Senhor Ministro de Educação para responder as questões suscitadas pelos Grupos Parlamentares.

O Ministro da Educação começou assim por referir que a redução do número de alunos por turma e a gratuitidade dos manuais escolares são duas medidas que este Governo acaricia, sendo certo que há uma franja da população que não concorda.

Referiu, de seguida, que a iniciativa competências digitais é importante para a economia mas também para os nossos alunos. É importante combater a iliteracia digital. É um grande desafio porque as competências devem acompanhar esta evolução digital, e não podemos perder tempo.

A Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, pediu a palavra para informar que encontram-se a rever a Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro, na sua atual redação, relativa aos rácios do pessoal não docente, no sentido de majorar em função da existência de alunos com Necessidades Educativas Especiais e do espaço físico das escolas e, também, um aumento em geral dos AOP, referindo que, em princípio, estará em vigor para o próximo ano letivo.

Quanto às obras no parque escolar, referiu que estão a intervir em três frentes, a saber, com recurso a fundos comunitários, com a cooperação técnica e financeira das autarquias locais (o Ministério da Educação passa as verbas para a autarquia que atua como dono de obra), e obras por administração direta, no âmbito da Parque Escolar ou da DGestE, informando que atualmente têm 4 obras por administração direta da DGEstE.

No que respeita ao Alandroal, estão a verificar se de facto têm de construir um pavilhão novo ou se existe a possibilidade de com obras robustas aproveitá-lo, uma vez que a sua localização atual é a melhor.

Já no que concerne às cantinas, referiu que o Estado não se desinteressou das que estão concessionadas. Com efeito os contratos são quadrianuais cessando este ano letivo. Assim, está em curso um novo concurso em que são atendidas as questões laborais dos concessionários, p.ex. exige-se contratos de trabalhos com 12/14 meses, tratando-se de um facto de avaliação das propostas.

Quanto aos manuais escolares, referiu que compete às escolas a escolha. A circular não obriga à contratação por ajuste direto, referindo, antes, que se deve considerar as necessidades da economia local. Trata-se de uma opção dada às escolas. Contudo, ao nível do Código dos Contratos Públicos o Ministério da Educação não pode pedir para que os Agrupamentos de Escola beneficiem a economia local. O Ministério dá estas orientações e da perspetiva do ministério é preferível a compra local.

Por fim, e quanto aos contratados a termo, eles existem porque o Ministério fez as contratações a tempo. Neste ano letivo tiveram 8 mil contratos em reserva. Não se trata de precariedade, estamos a falar, p.ex. de contratos de 14 horas. Em 2016/17 não puderam dizer não havia professor nas escolas no início do ano letivo.

O Senhor Ministro da Educação concluiu, dizendo que em março de 2016 ainda estava a correr a bolsa de contratação, e muitas escolas ficaram sem professores, tendo sido uma artimanha para poupar dinheiro.

A Deputada Germana Rocha (PSD) interpelou a mesa para reiterar o pedido à Senhora Secretária de Estado de envio do documento com a colocação dos 300 AOP, tendo esta fornecido de imediato o documento à mesa, a qual procedeu já à sua distribuição pelos Senhores Deputados.

A audição foi gravada em registo vídeo, que se encontra disponível na [página da Comissão](#).

8. Data da próxima reunião

24 de maio, 9h30

A reunião foi encerrada às 19:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de maio de 2017

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 24 de maio de 2017.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Álvaro Batista
António Costa Silva
Cristóvão Crespo
Elza Pais
João Oliveira
Norberto Patinho

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Pedro Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Emília Santos